

CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 8 | JUNHO/2019



CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 8 | JUNHO/2019

CONJUNTURA CNseg

Dados Susep de abril de 2019
Dados ANS de dezembro de 2018



Sumário

Apresentação	3
Editorial	6
Economia Brasileira.....	8
Mercado Segurador.....	16
Resumo Estatístico.....	21
Glossário.....	26

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg

A arrecadação dos primeiros quatro meses de 2019, sem Saúde e sem DPVAT, apresentou crescimento de 4,9% quando comparada com igual período de 2018. O comportamento, entretanto, não é homogêneo entre os diversos ramos e segmentos, reflexo da conjuntura econômica e das preferências dos consumidores na busca por proteção. Destacaram-se nesse período os ramos de seguros Marítimos e Aeronáuticos, de Crédito e Garantias, Patrimoniais e, em Cobertura de Pessoas, os Planos de Risco.

Na série de dados de 12 meses móveis, que mostra a tendência de comportamento do mercado, a inclusão do mês de abril de 2019 praticamente eliminou o crescimento que vinha sendo observado desde o início de 2019, que agora está em 0,1%. Uma menor evolução dos produtos da Família VGBl, que têm grande ponderação no total das receitas do Setor, e da carteira de automóveis, explica essa situação.

Desconsiderando o DPVAT, que tem tarifa administrada pelo Governo, e a Saúde Suplementar, a arrecadação global do setor de seguros, no período de 12 meses compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019, avançou 0,1% em relação aos 12 meses encerrados em abril de 2018, não sustentando a trajetória de crescimento observada nos últimos três períodos e flertando com uma retração em 12 meses, situação ainda não observada em 2019.

O gráfico ao final deste Editorial mostra o desempenho dos grandes segmentos dos seguros, com as suas contribuições para o resultado global do setor ao longo da série de taxas anualizadas.

Cabe mencionar a contribuição do segmento de Danos e

Responsabilidades para a evolução do setor.

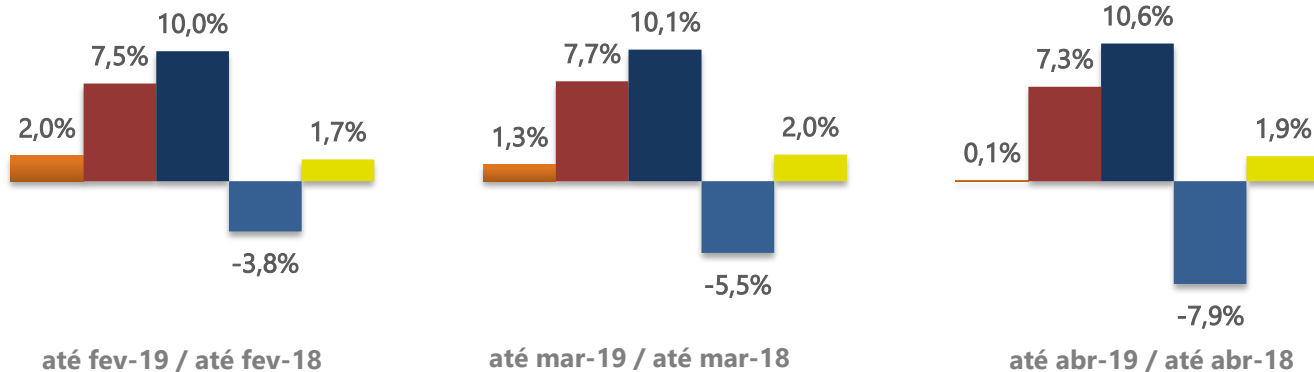
Com a inclusão de abril de 2019, o crescimento em doze meses foi de 7,3%. Já no segmento de Cobertura de Pessoas, o comportamento dos Planos de Risco, com crescimento

em 12 meses de 10,6%, diverge daquele dos Planos de Acumulação, com retração de 7,9%. Já os títulos de capitalização, com crescimento de 1,9% em 12 meses, mantiveram a dinâmica observada desde o início desse ano.

Analisando os números dos primeiros quatro meses, a arrecadação alcançou R\$ 82,2 bilhões em 2019, com o DPVAT. Na comparação com igual período de 2018, os maiores ganhos observados foram aqueles dos seguros Marítimos e Aeronáuticos (52,5%), de Crédito e Garantias (38,4%), de Responsabilidade Civil (22,6%), do Patrimonial (16,1%), dos Planos de Risco em Cobertura de Pessoas (14,8%), do Transporte (10,3%), dos títulos de Capitalização (9,8%) e do seguro Rural (6,5%).

Já os seguros de Automóveis e os Planos de Acumulação em Cobertura de Pessoas tiveram discreta queda de arrecadação até abril de 2019: -0,4% e -0,6%, respectivamente.

Varição Nominal da Arrecadação - 12 meses móveis



Fonte: SES (SUSEP) - Extraído em 27/05/2019

- Setor Segurador (sem DPVAT e Saúde)
- Danos e Responsabilidades (sem DPVAT)
- Cobertura de Pessoas - Planos de Risco
- Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação
- Capitalização

Economia Brasileira

Análise Conjuntural

Os dados das Contas Nacionais, divulgados pelo IBGE no final do mês passado, confirmaram que a economia brasileira encolheu no primeiro trimestre deste ano. O ambiente está fragilizado pela incerteza do cenário político, que adia as decisões de investimentos dos empresários; pela lenta recuperação do emprego, que deteriora a confiança dos consumidores; pelo menor dinamismo da economia mundial e por fatores pontuais negativos, como o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Brumadinho e os impactos da crise econômica na Argentina.

O Produto Interno Bruto (PIB) sofreu contração de 0,16% em relação ao trimestre imediatamente anterior, na série livre de efeitos sazonais. Na comparação interanual, isto é, na comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento foi de apenas 0,46%.

Pela ótica¹ da produção, apenas os Serviços exibiram expansão nos três primeiros meses do ano, com variação de 0,15% no trimestre, concentrada em outros tipos de serviços que não o Comércio (-0,08%) e os Transportes (-0,62%), dois itens de peso relevante que apresentaram retração. A Agropecuária, agregado que muitas vezes impulsionou o resultado do PIB mesmo tendo uma representatividade relativamente menor nas Contas Nacionais, apresentou contração de 0,51% no trimestre, prejudicada pelas condições climáticas adversas que afetaram as safras de soja, fumo e arroz (não plenamente compensadas pelos bons resultados do milho e da pecuária), além do elevado nível dos estoques mundiais,

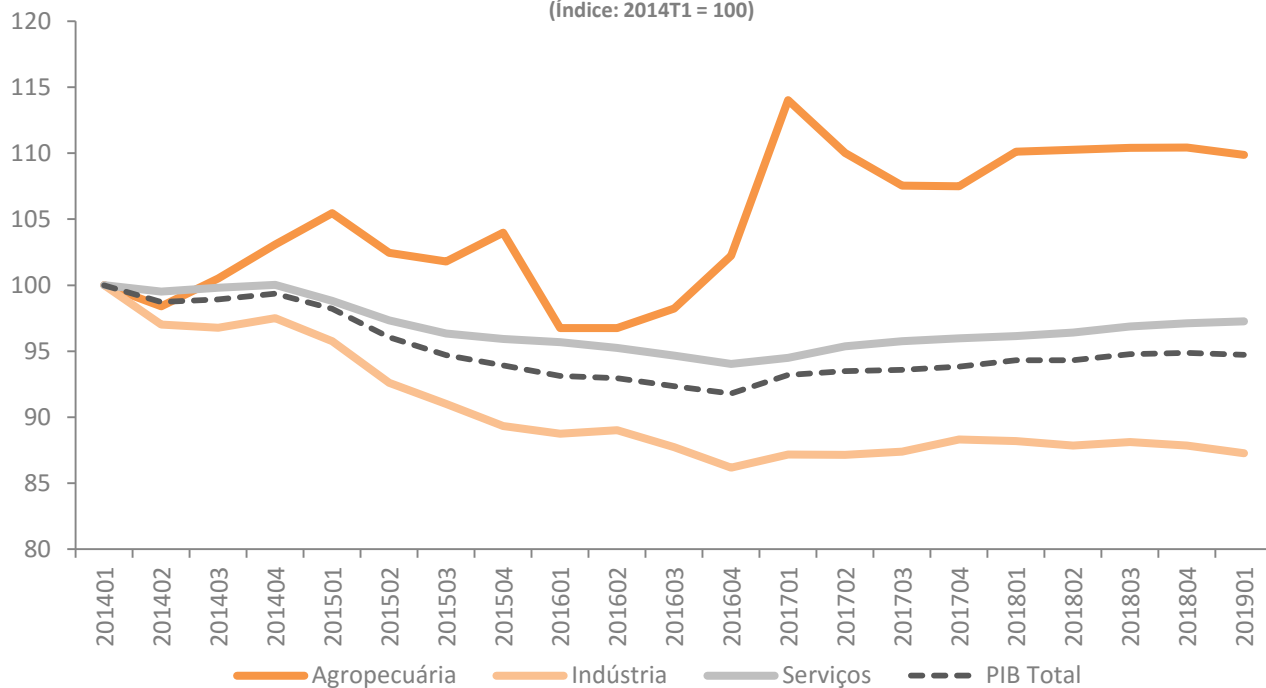
o que desestimula a produção. A Indústria, como se esperava, foi o agregado que mais influenciou a queda do PIB nos três primeiros meses do ano, com retração de 0,65%. As atividades extrativas, afetadas pela quase paralisação da atividade mineradora na sequência do desastre de Brumadinho e por uma redução na produção de petróleo, apresentaram forte queda, de 6,34%. No entanto, a Indústria de transformação também teve desempenho ruim, apresentando contração de 0,53% no trimestre, influenciada, principalmente, pela redução da demanda argentina por bens industrializados.

Os dados da pesquisa conjuntural do IBGE que trata da indústria, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), mostram que o setor entrou no segundo trimestre do ano com crescimento, ainda que baixo, registrando variação de 0,35% em abril frente a março. Apesar do crescimento, o avanço foi insuficiente para recuperar as perdas registradas até março. Com isso, nos quatro primeiros meses de 2019, o setor industrial acumula queda de 2,71% em relação ao mesmo período de 2018, resultado de quedas de 1,32% da Indústria de transformação e de 11,85% da Indústria extrativa, pela mesma métrica.

Pela ótica do dispêndio, o modesto crescimento dos agregados associados ao Consumo das famílias (0,30%) e da administração pública (0,46%) não foi suficiente para compensar as quedas verificadas nos Investimentos (Formação bruta de capital fixo, com queda de 1,65%) e no setor externo (com Exportações caindo 1,91% e Importações crescendo 0,49%).

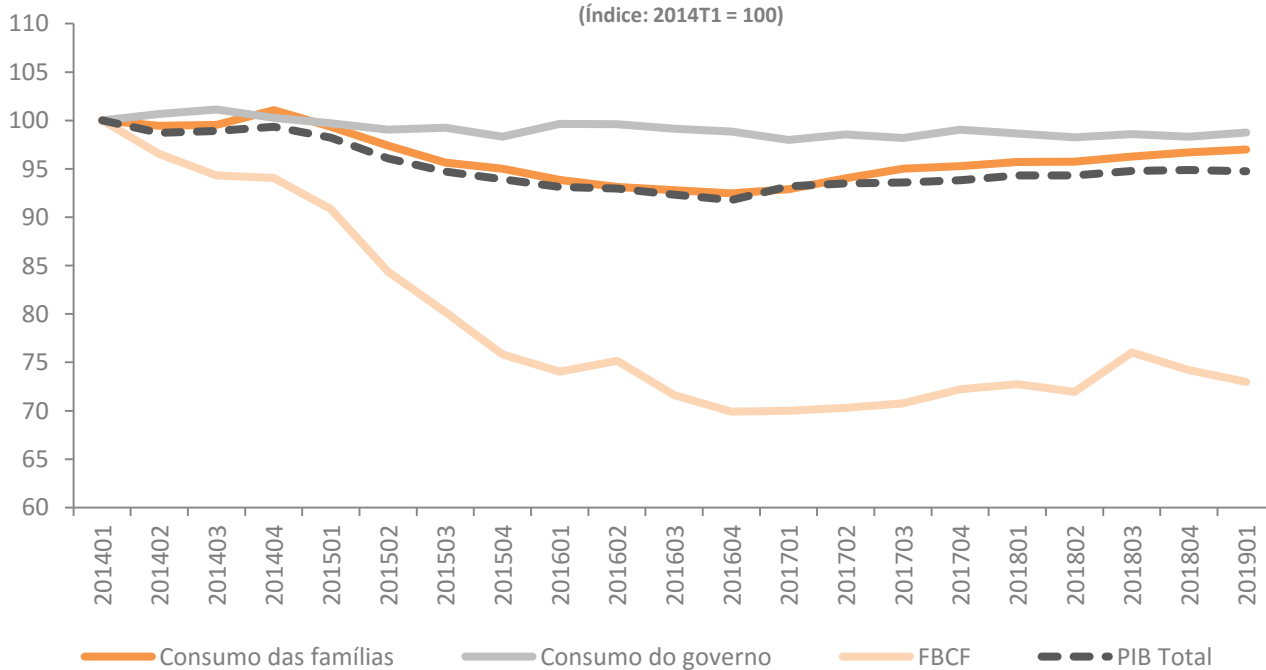
¹ O Produto Interno Bruto (PIB) pode ser mensurado em três diferentes perspectivas que devem se igualar, geralmente chamadas de óticas: a da produção (como e o que a economia produz), do dispêndio (como a riqueza produzida é gasta) e da renda (como a riqueza produzida remunera os diferentes fatores de produção).

PIB - ÓTICA DA PRODUÇÃO
(Índice: 2014T1 = 100)



Fonte: IBGE

PIB - ÓTICA DO DISPÊNDIO
(Índice: 2014T1 = 100)



Fonte: IBGE

Com esses resultados, como mostram os gráficos na página anterior, o PIB brasileiro permanece mais de 5% abaixo do nível anterior à recessão que, segundo o CODACE², começou no segundo trimestre de 2014 e terminou no último trimestre de 2016.

Enquanto o PIB da Agropecuária está cerca de 10% acima do nível pré-recessão, o PIB da Indústria se encontra em nível 13% menor. Pela ótica do dispêndio, todos os agregados mais importantes se encontram em nível inferior àquele do trimestre que precedeu a recessão. No entanto, há grande disparidade: enquanto o Consumo das famílias e do governo está, respectivamente, em nível 3% e 1% inferior, os Investimentos estão em um patamar 27% mais baixo que aquele de antes da recessão. Um nível tão baixo de investimento dificilmente tem sido capaz de compensar a depreciação da infraestrutura e do capital produtivo instalado no País, o que certamente representa um desafio adicional ao crescimento sustentado, além da queda da produtividade do trabalho associada a longos períodos de desocupação.

Apesar da reconhecida competência da equipe econômica montada pelo novo Governo, a contração da economia no início deste ano, somada à turbulenta relação com o Congresso, consumiu parcela relevante de sua popularidade e praticamente anulou o aumento da confiança de empresários e consumidores na economia após as eleições. Todos os índices e indicadores de confiança de empresários e consumidores voltaram aos patamares dos momentos de maior tensão e incerteza do ano passado e registraram quedas relevantes em maio.

Vale notar, entretanto, que há uma assimetria entre essas medidas internas de confiança e outras medidas de percepção de risco pelos estrangeiros em relação ao Brasil como, por exemplo, o Risco-País, medido pelo índice³ EMBI+. Assim como os índices de confiança, o Risco-País subiu ao longo dos primeiros meses deste ano. De um mínimo alcançado em meados de fevereiro (232 pontos), subiu para cerca de 270 pontos no fim de maio. No entanto, tal aumento está longe de levar essa medida

de risco aos patamares observados no período pré-eleitoral (cerca de 350 pontos). Tampouco houve sinal de arrefecimento no fluxo de investimentos estrangeiros diretos no País. Evidentemente, a queda generalizada dos rendimentos dos títulos longos nas economias centrais está diretamente relacionada a isso. Ainda assim, é interessante pontuar como, em um ambiente global mais incerto e instável, um Brasil com uma agenda consistente de reformas e práticas amigáveis ao mercado – a exemplo da vitória obtida pelo Governo com a decisão do STF que permite a privatização de subsidiárias de empresas públicas sem necessidade de autorização do Congresso – pode se tornar relativamente atrativo, impulsionando, em cenário otimista, a recuperação da economia entre o final deste ano e o início do próximo.

Apesar das evidentes dificuldades correntes, que vêm gerando debates e levantando questionamentos acerca do patamar da taxa Selic e da necessidade e *timing* de adoção de medidas que tragam estímulo de curto prazo (como a liberação de saldos de contas do FGTS e do PIS/Pasep e a redução das taxas de juros dos contratos de financiamento habitacional da Caixa Econômica Federal), é inegável que houve uma melhora significativa, nas últimas semanas, das perspectivas em relação ao evento chave deste ano, a reforma da Previdência. Dificuldades ainda existem, como mostra, por exemplo, a atual discussão sobre a inclusão dos estados e municípios na reforma. Porém, a probabilidade de que nenhuma versão da reforma seja aprovada é cada vez menor, já que, a despeito dos contratempos, há sinais claros de que a necessidade e a urgência da reforma estão cada vez mais disseminadas entre os políticos, como atestam as declarações de autoridades das diversas esferas de poder. Por isso, o crescimento projetado pelo mercado para o PIB em 2020 se mantém estável mesmo com a confiança em baixa, como comentaremos na próxima seção.

² Comitê de datação de ciclos econômicos do IBRE-FGV (<https://bit.ly/2EpPs8s>)

³ O EMBI+ é um índice baseado nos bônus (títulos de dívida) emitidos pelos países emergentes. A unidade de medida é o ponto-base. Os pontos mostram a diferença entre a taxa de retorno dos títulos de países emergentes e a oferecida por títulos emitidos pelo Tesouro americano.

Os números do mercado de trabalho, por sua vez, começam a apresentar sinais mais claros de recuperação, ainda que o desemprego permaneça alto e a renda real cresça em ritmo lento. A última divulgação da PNAD Contínua, referente ao trimestre móvel encerrado em abril, continuou a exibir uma taxa de desocupação dessazonalizada em queda e uma recuperação mais forte do trabalho formal, medido pelo número de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada, fazendo com que os números dessa pesquisa voltassem a apresentar níveis compatíveis com aqueles do CAGED, que já mostrava um quadro mais favorável há vários meses.

O cenário externo, por outro lado, voltou a se tornar mais desafiador e mais difícil de prever, depois de uma inflexão positiva no último mês. A guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo, EUA e China, ainda que tenha afetado pouco os saldos das balanças comerciais das duas potências, começa a ter impactos sobre as cadeias globais de produção e deve ter efeitos mais fortes sobre o crescimento da economia mundial do que se esperava anteriormente. Isso aparece nos dados de atividade mais recentes, enquanto os rendimentos mais longos das curvas de juros das economias centrais continuam a ceder, indicando uma desaceleração da atividade no futuro. Enquanto isso, o presidente Donald Trump anuncia intenções de estender sua guerra comercial ao México, o que teria efeitos negativos sobre a poderosa e integrada máquina produtiva da América do Norte, e oferece um acordo comercial ao Reino Unido na hipótese de um *Brexit* desorganizado, aumentando as tensões e a incerteza geopolítica na Europa.

É verdade que a perspectiva de uma desaceleração forte ou até mesmo uma recessão nas maiores economias do mundo mudou a orientação das políticas monetárias para mais *dovish*⁴, o que, em teoria, pode representar uma janela de oportunidade para economias emergentes, como o Brasil, que geralmente sofrem com a diminuição dos fluxos externos em momentos de aperto monetário

global. No entanto, tal janela pode ter pouco ou nenhum efeito se a economia internacional desacelerar demais e se as cadeias produtivas globais de produção perderem tração com o avanço do protecionismo populista. Em resumo, voltamos ao debate de alguns poucos meses atrás sobre qual efeito prevalecerá.

O IPCA de maio apresentou variação de 0,13%, abaixo das expectativas do mercado e a taxa mais baixa para o mês desde 2006. A desaceleração em relação aos 0,57% de abril se deu, principalmente, por conta do grupo Alimentação e bebidas, que apresentou queda de 0,56% no mês. No acumulado de 12 meses, a inflação oficial desacelerou de 4,94% para 4,66%. Outros fatores apontam para uma desaceleração ainda mais forte até o final do ano: a economia desaquecida deve manter o hiato do produto⁵ alto e a demanda reprimida, inibindo aumentos de preços; e o câmbio, que é um fator relevante pela possibilidade de repasse aos preços em caso de uma depreciação mais severa, valorizou-se nas últimas semanas, depois de um mês marcado por volatilidade e nervosismo. A desaceleração registrada no IGP-M de maio (0,45% depois de ter subido 0,92% em abril; em maio de 2018 havia subido 1,38%) é um sinal adicional de arrefecimento. Espera-se ainda que, com a retirada dos meses do ano passado em que a inflação esteve sujeita aos efeitos da greve dos caminhoneiros, as métricas anualizadas apresentem queda significativa.

Além disso, expectativa de inflação implícita nos títulos da dívida pública mostra que o mercado financeiro, apesar de ainda não ter ajustado completamente suas expectativas no Boletim Focus, como analisaremos na próxima seção, já trabalha com cenário de inflação abaixo da meta num horizonte de pelo menos dois anos, o que também vem alimentando o debate sobre a condução da política monetária, especialmente em relação ao nível da taxa básica de juros.

⁴ Quando a política monetária tende a ser mais expansionista.

⁵ Diferença entre o produto (PIB) potencial da economia, aquele que não acelera a inflação, e o efetivo.

O primeiro terço deste ano foi frustrante para aqueles que esperavam uma recuperação robusta da economia brasileira. Entretanto, mesmo que o crescimento deste ano esteja comprometido, é possível manter um otimismo moderado a médio prazo com a economia brasileira. O pior cenário – que era de não aprovação da reforma – é cada vez mais improvável e, mesmo que o que seja aprovado não proporcione a economia almejada pelo Governo, ela, somada a políticas públicas favoráveis ao mercado que estão na agenda econômica do governo, tem potencial para reestimular o crescimento, ainda mais com outras possíveis medidas de estímulo de curto prazo, como vem sinalizando a equipe econômica. Tais medidas

poderiam impulsionar a atividade, iniciando um processo de redução, ainda que gradual, do endividamento público como percentual do PIB, reforçado pela manutenção de juros reais em níveis baixos, gerando um processo auspicioso de recuperação da confiança dos agentes na economia, com consequências positivas sobre níveis de emprego, renda e investimento. Tal ciclo seria ainda mais virtuoso na hipótese de aprovação de uma reforma robusta, o que se tornou mais provável no último mês, alimentando cenários em que a economia volte a crescer com mais força ainda no segundo semestre deste ano. A maior incógnita, agora, está no impacto que a mudança de cenário no exterior terá sobre a economia brasileira.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 03/06/2019)

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				31/05/19	24/05/19	03/05/19	01/03/19	04/01/19
3	PIB	0,46%	0,93%	1,13%	1,23%	1,49%	2,30%	2,53%
3	Produção Industrial (quantum)	-2,28%	-0,08%	1,49%	1,47%	1,76%	2,90%	3,04%
3	PIB Indústria	-1,10%	0,01%	0,98%	1,50%	1,75%	2,80%	2,80%
3	PIB de Serviços	1,15%	1,15%	1,53%	1,63%	1,74%	2,35%	2,20%
3	PIB Agropecuário	-0,08%	1,06%	1,01%	1,39%	1,45%	2,52%	2,57%
2	IPCA	2,09%	4,94%	4,03%	4,07%	4,04%	3,85%	4,01%
1	IGP-M	3,57%	7,66%	5,87%	5,91%	5,81%	4,46%	4,30%
1	SELIC	6,40%	6,40%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	7,00%
2	Câmbio	3,90	3,90	3,80	3,80	3,75	3,70	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,22%	54,22%	56,28%	56,20%	56,30%	56,15%	56,70%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-8,23	-13,67	-25,05	-25,00	-25,29	-26,32	-26,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	14,90	52,07	50,50	50,25	50,39	51,00	52,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	28,07	92,50	82,65	83,29	82,00	80,00	79,50
2	Preços Administrados	2,13%	6,75%	5,25%	5,28%	5,20%	4,89%	4,79%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 03/06/2019

Notas: 1- dados até maio/19; 2- dados até abril/19; 3 - dados até março/19

*Vide nota de referência de período.

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				03/05/19	26/04/19	05/04/19	01/02/19	04/01/19
3	PIB	0,46%	0,93%	2,50%	2,50%	2,50%	2,70%	2,50%
3	Produção Industrial (quantum)	-2,28%	-0,08%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
3	PIB Indústria	-1,10%	0,01%	2,70%	2,80%	2,80%	3,20%	3,08%
3	PIB de Serviços	1,15%	1,15%	2,25%	2,30%	2,45%	2,70%	2,55%
3	PIB Agropecuário	-0,08%	1,06%	2,80%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
2	IPCA	2,09%	4,94%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
1	IGP-M	3,57%	7,66%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
1	SELIC	6,40%	6,40%	7,25%	7,25%	7,50%	8,00%	8,00%
2	Câmbio	3,90	3,90	3,80	3,80	3,80	3,75	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,22%	54,22%	58,55%	58,40%	58,30%	58,35%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-8,23	-13,67	-35,30	-35,30	-36,70	-36,00	-38,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	14,90	52,07	45,10	45,33	46,00	46,00	47,25
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	28,07	92,50	84,36	84,36	85,00	83,76	84,44
2	Preços Administrados	2,13%	6,75%	4,40%	4,40%	4,28%	4,35%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 03/06/2019

Notas: 1- dados até maio/19; 2- dados até abril/19; 3 - dados até março/19

*Vide nota de referência de período.

No último mês, de maneira geral, as expectativas econômicas se mantiveram negativas, corroborando a análise de conjuntura da seção anterior. No entanto, há alguns sinais melhores que aqueles contidos na análise que fizemos na última edição da Conjuntura CNseg.

As projeções para o crescimento do PIB em 2019 continuaram a cair: de 1,49% há quatro semanas para 1,13% na data de corte desta edição. Os analistas do mercado financeiro consultados no Relatório Focus aguardavam o resultado oficial do PIB do primeiro trimestre para revisarem suas expectativas de crescimento e já começaram a fazê-lo. Apesar de o resultado de queda de 0,2% no trimestre ter sido melhor que a contração de 0,7% indicada pelo IBC-Br, ainda é resultado ruim, sobretudo em um contexto de queda generalizada da confiança de empresários e

consumidores, como ocorreu no mês de maio. As projeções para o crescimento da economia este ano caem há 14 semanas consecutivas.

Novas quedas devem acontecer nas próximas semanas, pois a projeção de 1,13% – crescimento semelhante ao dos últimos dois anos – pode ser considerada otimista, já que, para alcançá-la, a economia teria que crescer em média 0,6% nos próximos três trimestres, algo que não ocorre desde 2013. Indicadores antecedentes apontam que o crescimento no segundo trimestre deve ser inferior a esse patamar.

Para 2020, entretanto, a projeção mediana para o crescimento da economia se mantém em 2,50%, diante de sinais mistos vindos da política nacional e do cenário externo. Apesar dos contratemplos políticos, o mercado enxerga uma melhora nas perspectivas para o andamento da reforma da Previdência nas últimas semanas, com a redução dos embates entre Congresso, Executivo e os diversos grupos de apoio ao Governo, que, por sua vez, vem dando sinais de que atuará com mais pragmatismo. Uma boa reforma, em prazo razoável, destravaria a economia, abrindo caminho para maior crescimento no ano que vem.

Outra diferença positiva em relação à análise das expectativas do último mês está nas projeções para a inflação, que haviam subido por conta do repique que a inflação oficial, o IPCA, sofreu em março. No entanto, após o susto inicial, o mercado parece ter assimilado a característica pontual da alta dos preços que, com a economia ainda muito desaquecida, tem poucas chances de se propagar para o resto do ano. Tal percepção deve ser reforçada com o resultado de maio do IPCA, que veio abaixo das expectativas. Como comentado na seção anterior, o mercado financeiro, inclusive, já precifica, na inflação implícita dos títulos da dívida pública, uma inflação medida pelo IPCA consideravelmente mais baixa que a do Boletim Focus, que se encontrava, na data de referência, em 4,03% para 2019 e 4,00% para 2020, ancorada pelas metas.

O possível cenário de maior pressão nos preços causada pelos efeitos da gripe suína africana (ASF) na inflação de alimentos, entretanto, está no radar dos analistas e não

deve ser ignorado. A praga, segundo os estudos mais recentes, está se disseminando rapidamente e poderá levar décadas até que seja completamente erradicada.

Como temos frisado, os analistas tendem a mover suas expectativas para o câmbio mais lentamente do que o fazem para outros preços e indicadores da economia, por ser essa uma variável particularmente difícil de projetar. Entretanto, influenciada pela depreciação corrente sofrida pelo Real no último mês – ainda que parcialmente revertida nas últimas semanas – a projeção para a taxa de câmbio ao final deste ano subiu de R\$/US\$ 3,75 para R\$/US\$ 3,80. Para 2020, em meio a um cenário de juros mais baixos do que se esperava anteriormente para a economia norte-americana, a projeção mediana se manteve em R\$/US\$ 3,80 na data de corte desta publicação.

Apesar das expectativas de inflação ancoradas ou rodando abaixo das metas no horizonte relevante para a política monetária, a projeção mediana para a taxa básica de juros, a Selic, ao final deste ano, permanece estável em 6,50% há várias semanas, sustentada por discursos do presidente do Banco Central na direção de manutenção da credibilidade. Entretanto, a fraqueza do nível de atividade e a maior probabilidade de aprovação da reforma da Previdência já levam casas importantes do mercado a projetar a Selic em nível mais baixo ainda este ano. Refletindo esse cenário, a projeção para o ano que vem, que permaneceu estacionada em 7,50% por várias semanas, foi reduzida para 7,25%.

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor segurador (sem Saúde Suplementar) registrou, em abril, um volume de R\$ 21,4 bilhões em prêmio direto de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, o que representa um crescimento de 0,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quando se tiram da conta os prêmios do seguro DPVAT¹, que sofreu redução tarifária em observância à regulação, o crescimento é de 2,1%, o que representa uma melhora em relação ao resultado de março, que, pela mesma métrica, havia registrado queda de 5,2%. Com a inclusão do mês de abril, o crescimento acumulado da arrecadação no ano, sem o DPVAT, é de 4,9%.

As variações em janelas de 12 meses (ainda desconsiderando o DPVAT) revelam um comportamento interessante: os bons resultados da arrecadação do setor nos dois primeiros meses do ano fizeram o crescimento por essa métrica sair de terreno negativo no final do ano passado para um crescimento que atingiu os 2,0% em fevereiro. O resultado decepcionante de março fez a variação anualizada ceder para 1,3%. Apesar de os números de abril terem sido melhores, o crescimento em 12 meses cedeu ainda mais e indica estabilidade nas condições do setor (0,1%).

Isso ocorre porque abril do ano passado foi um mês de crescimento excepcionalmente forte, em que a variação da arrecadação do setor em relação ao mês de abril do 2017 havia sido de 18,9%. Com uma variação tão forte

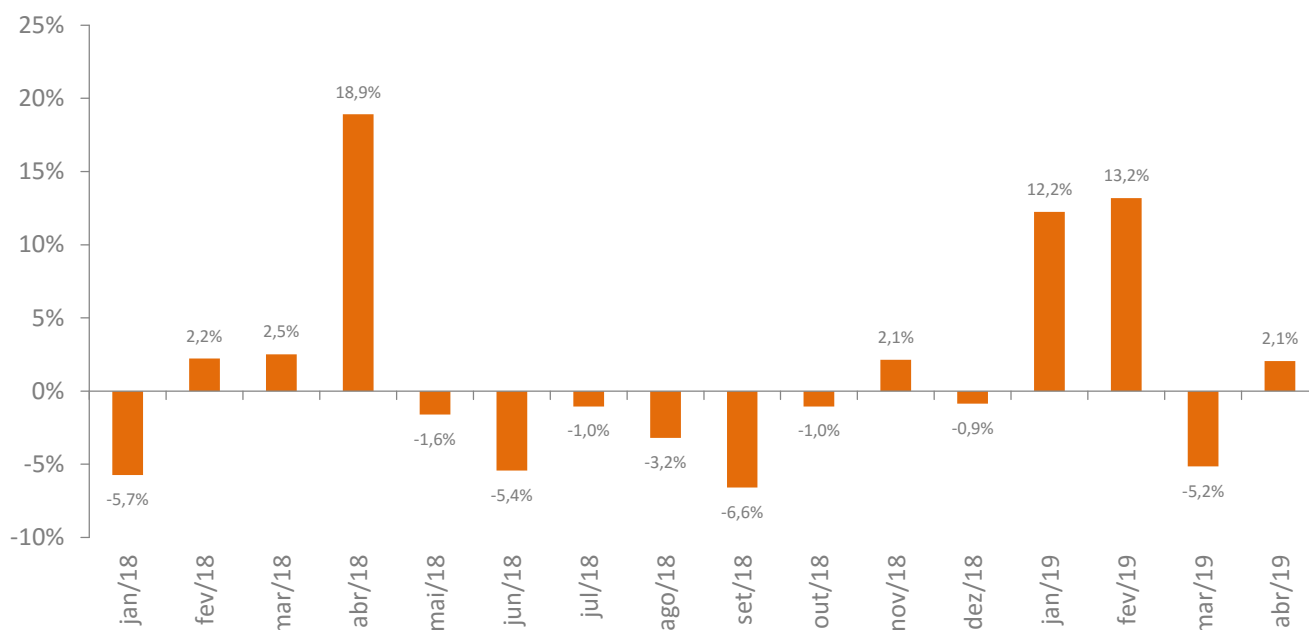
saindo da janela analisada, é natural que a taxa em 12 meses tenha cedido. Ou seja, o resultado de abril pode ser visto como relativamente positivo e, se mantido, pode consolidar o crescimento da arrecadação novamente em terreno positivo, ainda mais considerando que os seis meses que se seguiram ao resultado forte de abril de 2018 foram bem mais modestos, com queda da arrecadação em relação aos mesmos meses do ano anterior, como ilustra o gráfico na próxima página. Dessa maneira, basta que os próximos meses exibam variações positivas para que a métrica anualizada volte a crescer.

Os principais responsáveis pela moderação dos resultados depois um primeiro bimestre mais forte foram a reversão experimentada pelos produtos de Coberturas de Pessoas – Planos de Acumulação, especialmente pelo produto VGBL, que têm grande ponderação no total das receitas do setor, além do fraco desempenho da carteira de automóveis, produto de maior arrecadação do segmento de Danos e Responsabilidades.

O que não tem mudado na análise dos dados do setor nos últimos meses é a marcante heterogeneidade entre os resultados dos diversos ramos e segmentos de seguros, reflexo da peculiar conjuntura econômica e das mudanças nas preferências dos consumidores na busca por proteção.

¹ Segundo a Resolução CNSP nº 371/2018, o seguro DPVAT teve reduções entre 56% e 79% no prêmio tarifário para o exercício de 2019 em todas as categorias (com exceção à categoria “motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares”).

ARRECADÇÃO DO SETOR (S/ SAÚDE E DPVAT) (Var % contra o mesmo mês do ano anterior)



Fonte: Susep

Em Coberturas de Pessoas, por exemplo, a arrecadação dos Planos de Risco continua a apresentar taxas de crescimento robustas, revelando uma crescente demanda da sociedade por proteção e segurança, mesmo – ou talvez até motivada – por um ambiente macroeconômico e social mais desafiador. A arrecadação desse grupo cresceu 20,6% em relação a abril do ano passado (excluindo a parcela dos Planos Tradicionais de Risco). Com isso, o grupo fechou os quatro primeiros meses do ano com variação de 14,8% sobre o mesmo período de 2018. Destaca-se o resultado obtido pelo seguro Prestamista, com forte crescimento de 30,3% contra abril de 2018 e de 26,7% no acumulado no ano. A esse crescimento está associada a expansão do crédito, que, apesar de moderação apresentada nos dados de abril, continua a avançar no Brasil, especialmente nas linhas voltadas às pessoas físicas. Quando se considera apenas o crédito livre, a expansão no mês foi de 1,3%, segundo dados do Banco Central divulgados no mês passado. O forte resultado do Prestamista, junto ao bom

desempenho dos produtos Vida (9,4% no acumulado do ano), impulsionam os Planos de Risco em Coberturas de Pessoas no início deste ano.

Quanto aos Planos de Acumulação, depois de um começo de ano promissor, os resultados dos últimos dois meses mostram que os efeitos adversos do pessimismo generalizado com a economia, a renda crescendo em ritmo lento e os baixos patamares das taxas de juros têm afetado diretamente a arrecadação desses produtos, em contexto de menor capacidade de poupança das famílias brasileiras. Tais efeitos não têm sido compensados, ao menos até agora, pelas discussões da reforma da Previdência. Após ensaiar alguma recuperação entre o final do ano passado e o início deste ano, especialmente no produto PGBL, os Planos de Acumulação (excluindo os Planos Tradicionais) apresentaram queda de 9,2% em abril em relação ao mesmo mês de 2018. No ano, a queda é de 0,6%.

O VGBL, com queda de 9,7% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, reverteu todo resultado positivo alcançado até fevereiro e, assim, no acumulado do ano, passou a registrar queda de 1,0%. Já os produtos da família PGBL, que vinham apresentando resultados mais favoráveis, registraram, em abril, queda de 3,1% em relação ao mesmo mês do ano passado. Com isso, o crescimento na arrecadação acumulada em 2019 para esse produto caiu de 6,4% para 3,9%.

O segmento de Capitalização continua a apresentar resultados bastante positivos, consolidando uma tendência de recuperação que vem desde meados do ano passado. Confirmando as boas expectativas advindas do novo marco regulatório, o segmento apresentou, em abril, forte crescimento de 14,7% contra o mesmo mês de 2018, levando o acumulado no ano a 9,8%. No acumulado de 12 meses, a arrecadação do segmento apresentou crescimento de 1,9% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores, desempenho praticamente estável em relação aos 2,0% registrados pela mesma métrica em março.

Os seguros de Danos e Responsabilidades (sem DPVAT) apresentaram, em abril, variação de 8,9% contra o mesmo mês de 2018, marcando um começo de ano bastante positivo para arrecadação do segmento, em que houve crescimento de 7,0% em relação ao mesmo período do ano passado. Em 12 meses, o crescimento é de 7,3%. É importante, porém, destacar que tal desempenho continua a ser heterogêneo entre os diferentes produtos ofertados e, em muitos casos, vem acompanhado de significativo aumento nos sinistros, que, no segmento como um todo – novamente excluindo o DPVAT – cresceram 29,5% no acumulado do ano. Parte desses aumentos, como temos frisado nesta publicação, está associada a eventos climáticos extremos que marcaram o começo deste ano, como fortes chuvas, vendavais e alagamentos em grandes cidades, além de secas prolongadas em regiões produtoras de importantes lavouras agrícolas.

O seguro Automóvel, produto de maior arrecadação do segmento, mantém o comportamento volátil dos últimos meses e, depois de experimentar queda de 5,6% em março, cresceu 1,4% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado. Tal resultado reforça a tendência de desaceleração da arrecadação do produto no acumulado de 12 meses, que ocorre desde maio de 2018: de 3,7% em março, passou para 2,5% em abril. A desaceleração da arrecadação do seguro Automóvel acompanha uma redução dos sinistros ocorridos – fator importante no estabelecimento do prêmio nesse seguro –, que desaceleraram desde meados de 2017 e apresentaram, em abril, queda de 0,1% no acumulado de 12 meses. Acompanha também a moderação no crescimento das vendas de veículos novos, clara nos dados da Anfavea. Também pode ser associada ao desempenho menos favorável do produto a atuação irregular das associações e cooperativas de proteção veicular, em um momento de baixo crescimento da renda real das famílias e desemprego ainda alto.

Os seguros do grupo Patrimonial cresceram fortemente em abril, voltando às variações de dois dígitos que vinham sendo registradas desde fins de 2018. No mês, o crescimento foi de 25,1% em relação a abril do ano passado. No acumulado do ano, o crescimento é de 16,1%, com bom desempenho dos produtos Massificados (13,3%), da carteira de Grandes Riscos (11,5%) e, apesar da menor representatividade, dos Riscos de Engenharia (136,3%).

A arrecadação do seguro Habitacional continua desprendida da evolução das medidas tradicionais de crédito imobiliário e permanece desacelerando em suas taxas de crescimento, movimento que vem desde o final de 2017. Nos três primeiros meses deste ano, a arrecadação havia avançado 2,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. Como o crescimento registrado em abril contra o mesmo mês de 2018 foi de exatos 2,4%, o acumulado no ano se manteve no mesmo patamar.

Tal comportamento, apesar de divergir de algumas métricas de crédito, encontra respaldo em outros indicadores do setor imobiliário e da própria Construção Civil, um dos setores que mais tem sofrido perdas desde a recessão, como mostraram os dados do PIB do primeiro trimestre deste ano. Se é verdade que todos os setores apresentaram piora nas expectativas, nenhum sofreu tanto quanto o da Construção, especialmente entre aqueles que operam com o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem sofrido atrasos dos pagamentos em projetos já contratados.

Depois de um mês de retração (-3,0% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado), o seguro Rural voltou a se expandir com mais intensidade em abril (6,5% sobre abril do ano passado), mantendo crescimento de dois dígitos no acumulado de 12 meses (10,7%). O aumento de demanda por proteção com o aumento de eventos climáticos extremos e as sinalizações do Governo de aumento da subvenção indicam um cenário positivo para esse produto. Para este ano, o orçamento aprovado é de R\$ 440 milhões, podendo passar para R\$ 1 bilhão no ano que vem. Apesar de representar uma redução em relação à previsão inicial (R\$ 600 milhões), o orçamento aprovado para subvenção este ano representa um avanço frente aos R\$ 370 milhões disponibilizados em 2018 pelo Ministério da Agricultura para custear parte das apólices contratadas por produtores rurais de todo o País.

Destacam-se também até abril a evolução dos produtos Crédito e Garantia (38,4%), Responsabilidade Civil (22,6%) e Marítimos e Aeronáuticos (52,5%). Vale ressaltar também o crescimento da Garantia Estendida

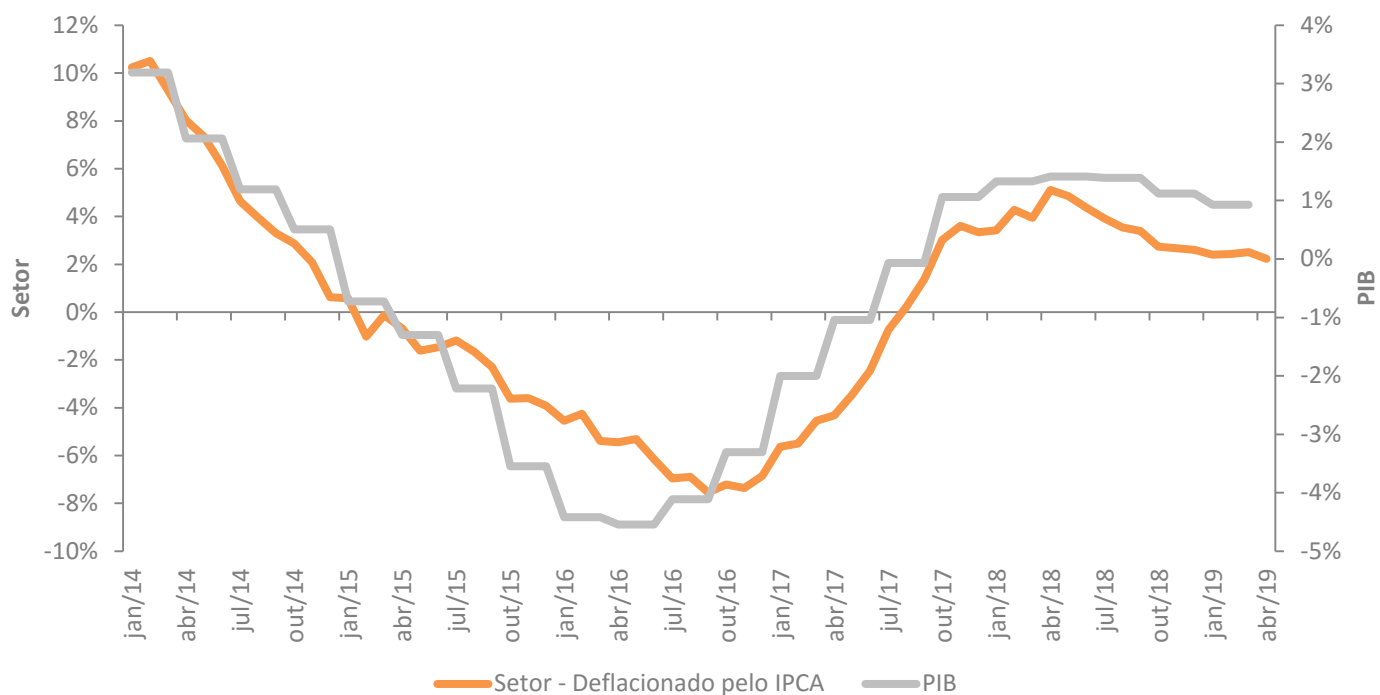
(6,2%), que ocorre a despeito do crescimento tímido das vendas do comércio varejista.

Em abril deste ano, segundo dados da Sala de Situação da ANS, havia 47,1 milhões de beneficiários de planos de saúde médico-hospitalares, número praticamente estável em relação ao mesmo mês do ano passado. Já nos planos exclusivamente odontológicos, a expansão mais forte se manteve: os 24,6 milhões de beneficiários nesses planos representaram um aumento de 7,1% em relação a abril de 2018.

Como já analisamos em edições anteriores da Conjuntura CNseg, a arrecadação do setor segurador, especialmente quando se desconsideram alguns poucos produtos que, por razões diversas, têm guardado dinâmica própria (como os da Saúde Suplementar, o VGBL e o DPVAT), apresenta estreita correlação com o nível de atividade da economia. Dado o fraco crescimento da economia, não surpreende, portanto, que após ensaiar uma recuperação no primeiro bimestre do ano, a arrecadação do setor tenha novamente desacelerado, chegando, quando descontadas a saúde suplementar e o DPVAT, à estabilidade na métrica anualizada, em termos nominais, apesar dos sinais um pouco mais positivos dos dados de abril.

O gráfico na próxima página mostra a estreita relação entre a arrecadação do setor sem saúde (excluindo DPVAT e VGBL) com o Produto Interno Bruto (PIB), especialmente quando a variação da arrecadação é deflacionada. O coeficiente de correlação linear entre as séries é extremamente alto (0,94).

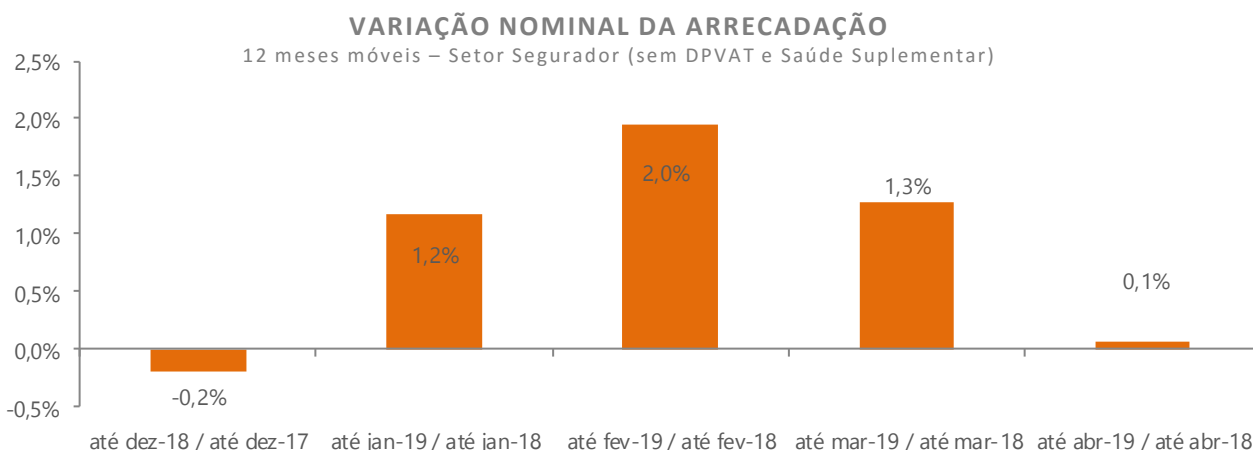
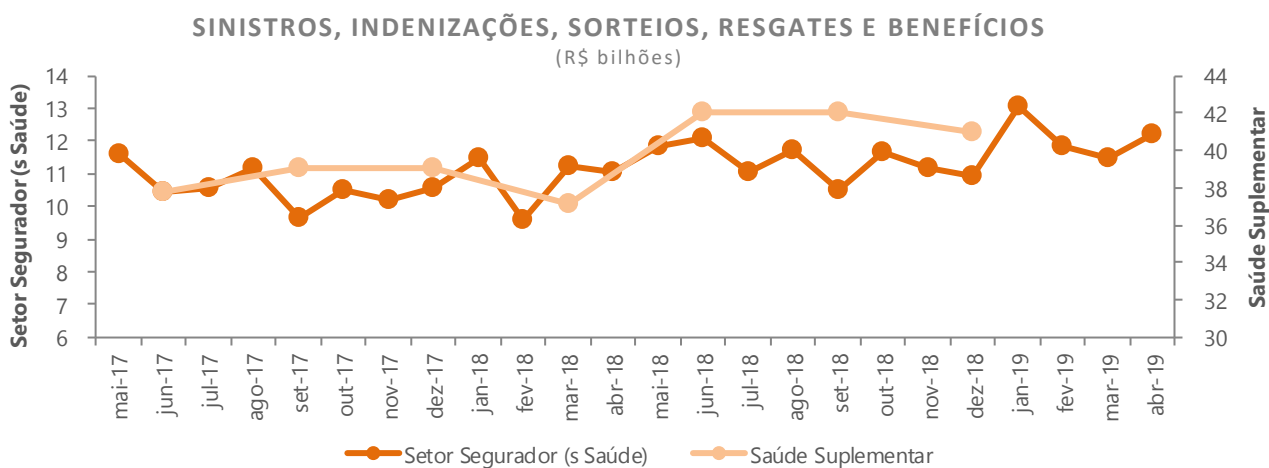
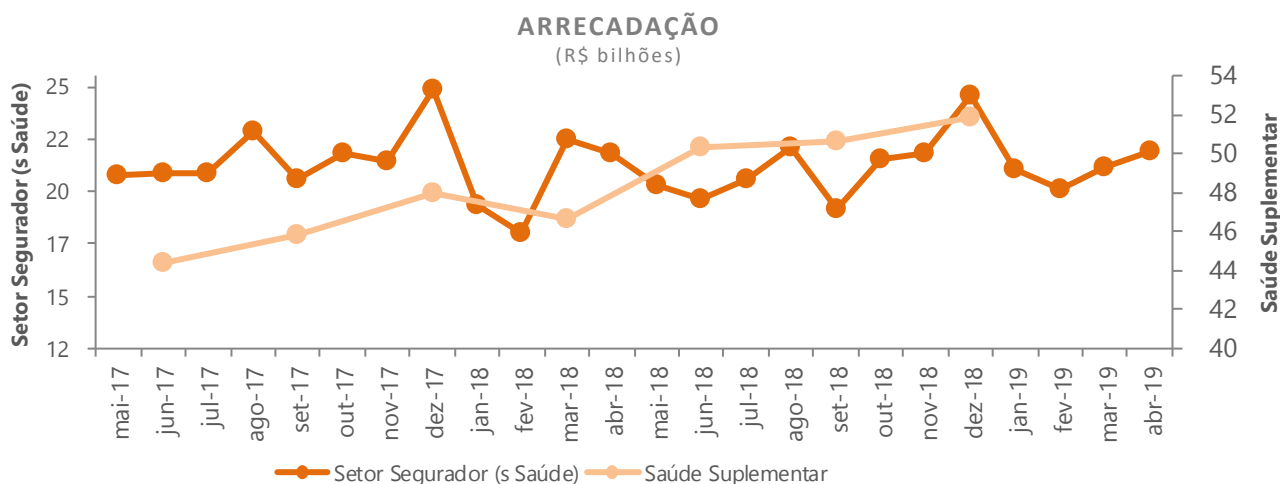
ARRECADÇÃO DO SETOR (s/ SAÚDE, DPVAT E VGBL) E PIB
(Var % acumulada em 12 meses)



Fonte: Susep e IBGE

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 07/06/19)

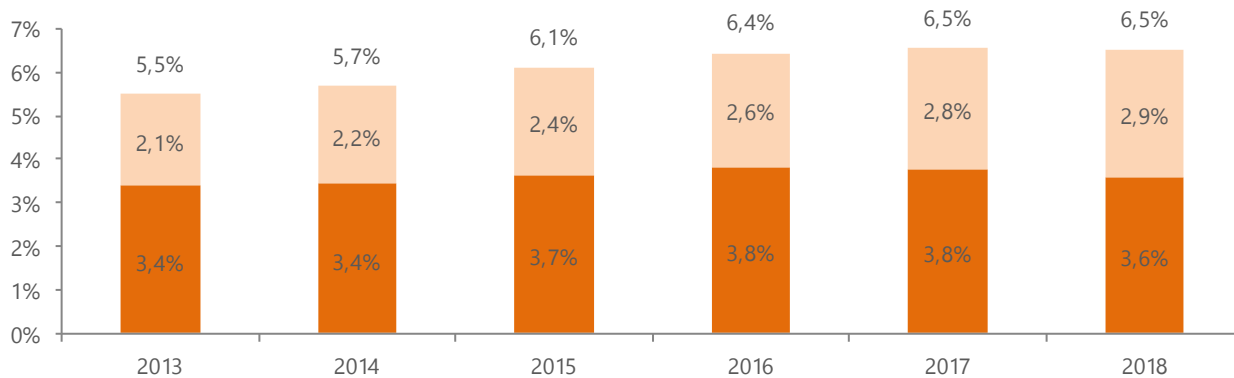


Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação							
(em milhões R\$)							
Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até abril		Variação %	abril		Variação %	
	2018	2019		2018	2019		
1	Danos e Responsabilidades (s DPVAT)	21.857,46	23.384,77	6,99%	5.512,44	6.003,69	8,91%
1.1	Automóvel	11.489,57	11.439,03	-0,44%	2.949,96	2.992,08	1,43%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	191,28	199,85	4,48%	46,87	52,13	11,22%
1.1.2	Casco	7.963,89	7.853,69	-1,38%	2.028,01	2.039,16	0,55%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	2.524,00	2.497,46	-1,05%	660,06	663,57	0,53%
1.1.4	Outros	810,40	888,03	9,58%	215,02	237,21	10,32%
1.3	Patrimonial	3.621,07	4.203,45	16,08%	871,27	1.089,58	25,06%
1.3.1	Massificados	2.733,05	3.097,51	13,34%	705,63	802,61	13,74%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	944,76	1.025,23	8,52%	232,56	254,64	9,50%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	139,76	142,51	1,97%	36,34	37,68	3,69%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	720,44	819,74	13,78%	191,69	209,89	9,49%
1.3.1.4	Outros	928,09	1.110,02	19,60%	245,05	300,41	22,59%
1.3.2	Grandes Riscos	795,51	887,36	11,55%	145,85	266,70	82,86%
1.3.3	Risco de Engenharia	92,51	218,58	136,28%	19,78	20,27	2,43%
1.4	Habitacional	1.320,18	1.351,83	2,40%	326,94	334,81	2,41%
1.5	Transportes	958,38	1.057,23	10,31%	217,04	287,65	32,53%
1.5.1	Embarcador Nacional	301,74	317,95	5,37%	62,21	89,56	43,96%
1.5.2	Embarcador Internacional	142,21	170,81	20,11%	22,75	55,72	144,91%
1.5.3	Transportador	514,43	568,48	10,51%	132,08	142,38	7,80%
1.6	Crédito e Garantia	1.234,95	1.708,84	38,37%	322,54	369,64	14,60%
1.7	Garantia Estendida	1.002,83	1.065,10	6,21%	243,75	259,76	6,57%
1.8	Responsabilidade Civil	532,44	652,88	22,62%	117,80	145,80	23,78%
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	117,67	153,76	30,67%	23,37	35,35	51,25%
1.8.2	Outros	414,77	499,12	20,34%	94,42	110,46	16,98%
1.9	Rural	1.233,77	1.313,86	6,49%	383,43	408,36	6,50%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	210,50	320,95	52,47%	52,94	66,51	25,65%
1.10.1	Marítimos	102,75	148,59	44,60%	38,73	39,98	3,23%
1.10.2	Aeronáuticos	107,75	172,36	59,97%	14,21	26,53	86,78%
1.11	Outros	253,78	271,60	7,02%	26,79	49,49	84,70%
2	Coberturas de Pessoas	48.717,08	50.283,62	3,22%	13.584,77	13.263,50	-2,36%
2.1	Planos de Risco	11.929,25	13.696,77	14,82%	3.093,21	3.729,38	20,57%
2.1.1	Vida	4.690,19	5.131,21	9,40%	1.230,66	1.367,28	11,10%
2.1.2	Prestamista	3.483,13	4.413,82	26,72%	894,30	1.165,27	30,30%
2.1.3	Viagem	157,32	187,59	19,24%	28,85	44,11	52,89%
2.1.4	Outros	3.598,62	3.964,15	10,16%	939,40	1.152,71	22,71%
2.2	Planos de Acumulação	35.459,20	35.248,70	-0,59%	10.156,86	9.222,63	-9,20%
2.2.1	Família VGBL	32.642,82	32.321,37	-0,98%	9.426,90	8.515,07	-9,67%
2.2.2	Família PGBl	2.816,38	2.927,32	3,94%	729,96	707,56	-3,07%
2.3	Planos Tradicionais	1.328,62	1.338,16	0,72%	334,70	311,49	-6,93%
3	Capitalização	6.802,08	7.467,22	9,78%	1.754,16	2.012,24	14,71%
=1+2+3	Setor Segurador (s DPVAT)	77.376,62	81.135,62	4,86%	20.851,38	21.279,42	2,05%
4	DPVAT	2.303,64	1.093,65	-52,52%	435,52	165,04	-62,11%
=1+2+3+4	Setor Segurador	79.680,26	82.229,27	3,20%	21.286,90	21.444,46	0,74%

Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

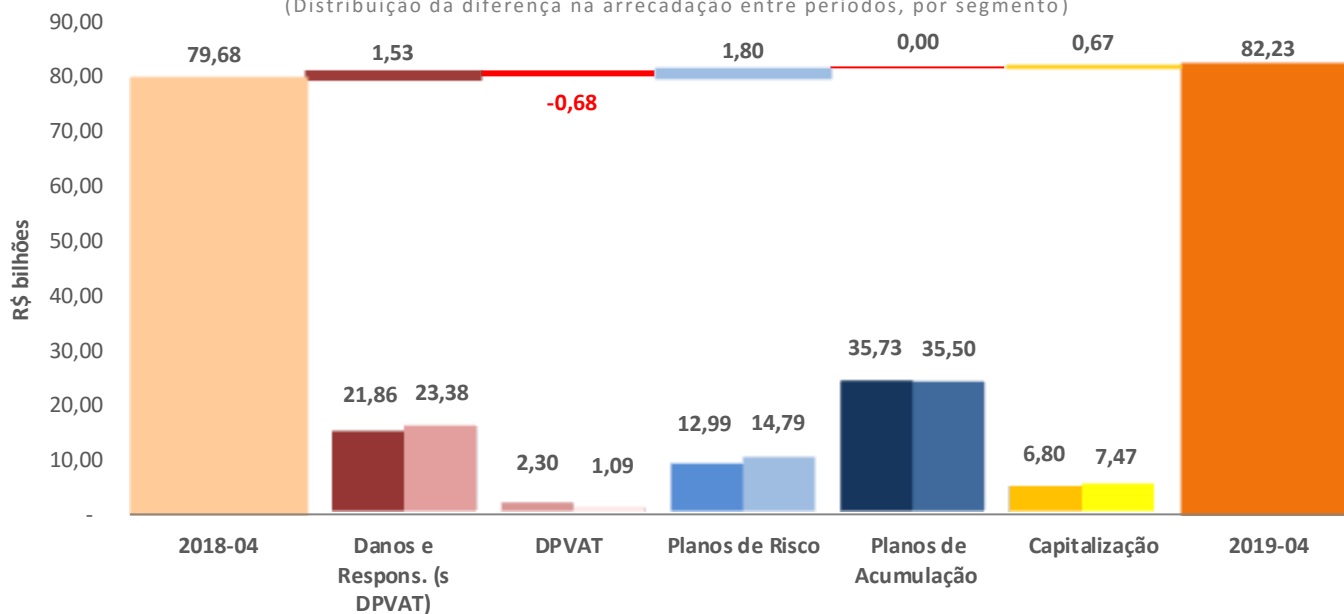
PENETRAÇÃO DA ARRECAÇÃO NO PIB



■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

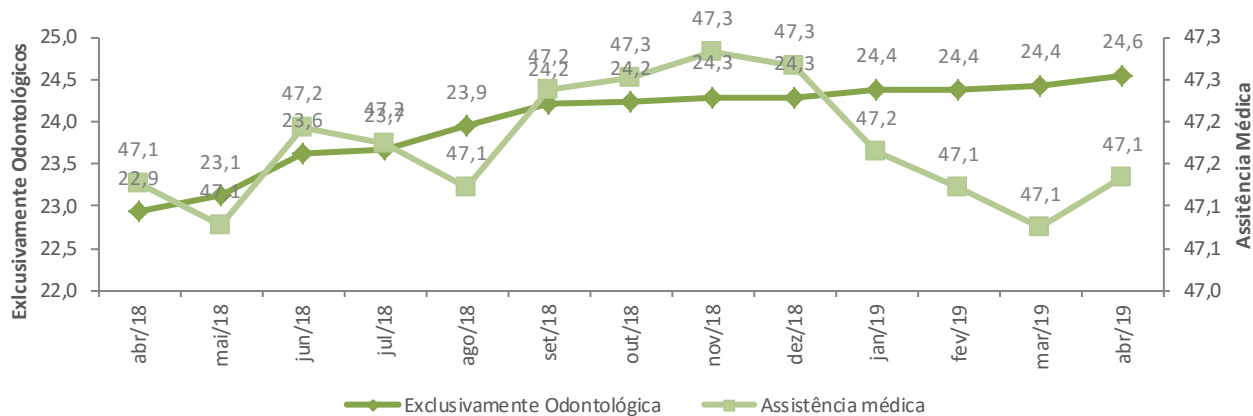
DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

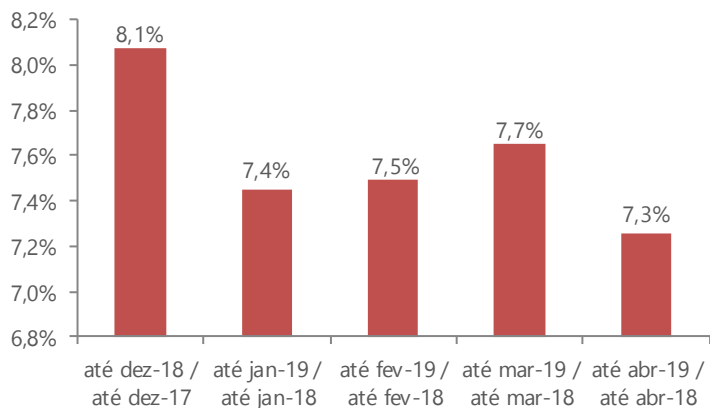
(em milhões de usuários)



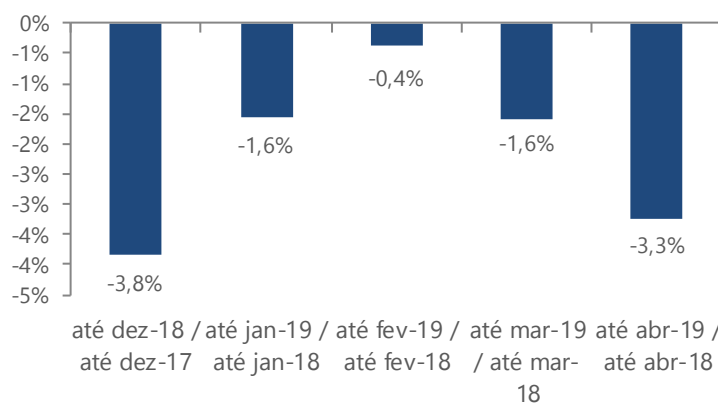
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEIS

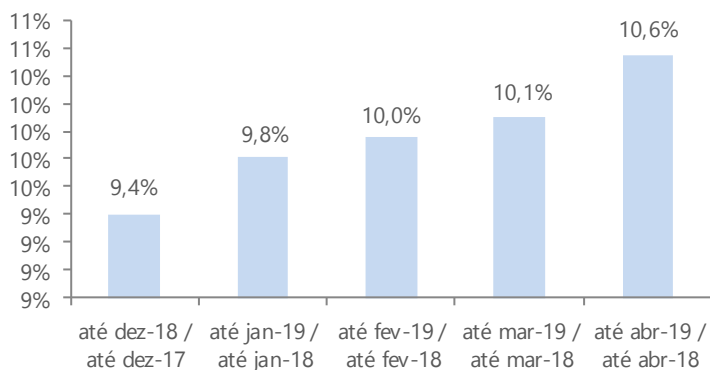
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



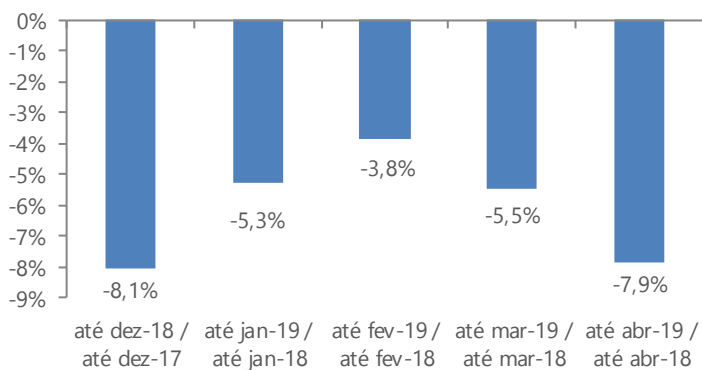
Cobertura de Pessoas



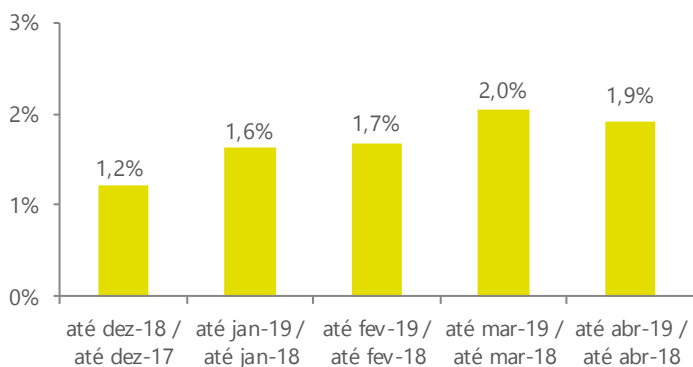
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



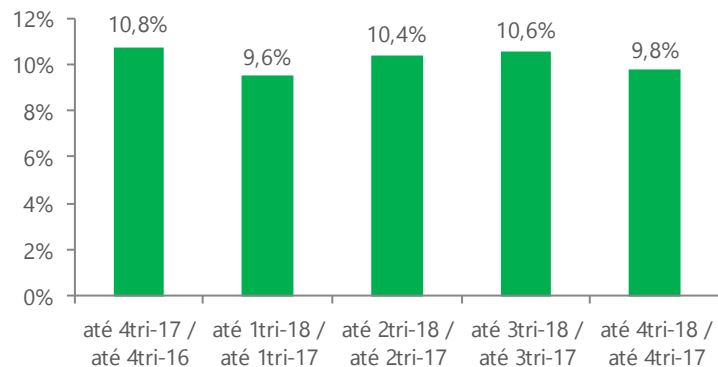
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



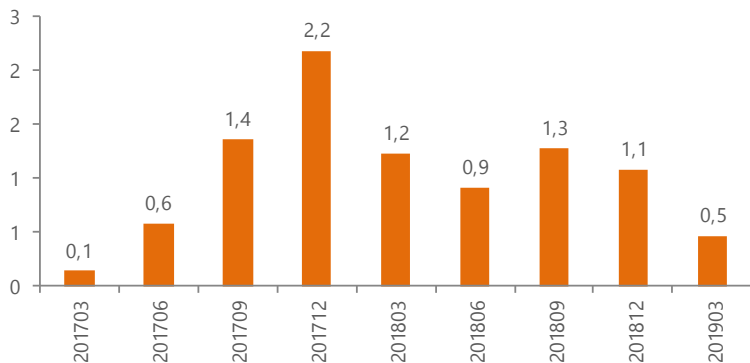
Saúde Suplementar



Indicadores Econômicos (data de corte: 07/06/19)

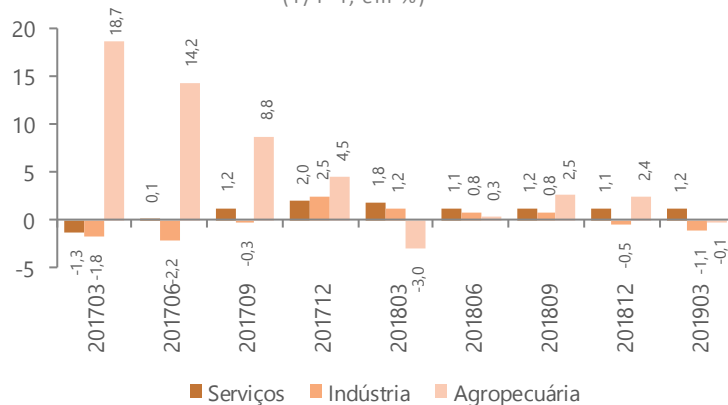
PIB TOTAL

(T/T-4, em %)



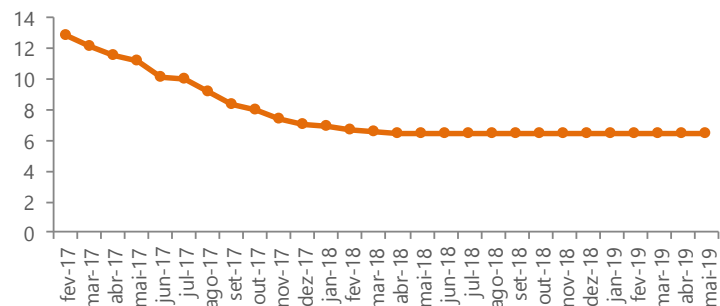
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO

(T/T-4, em %)



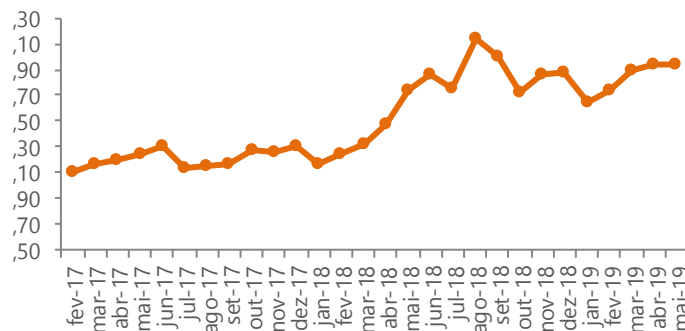
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA

(em % a.a.)



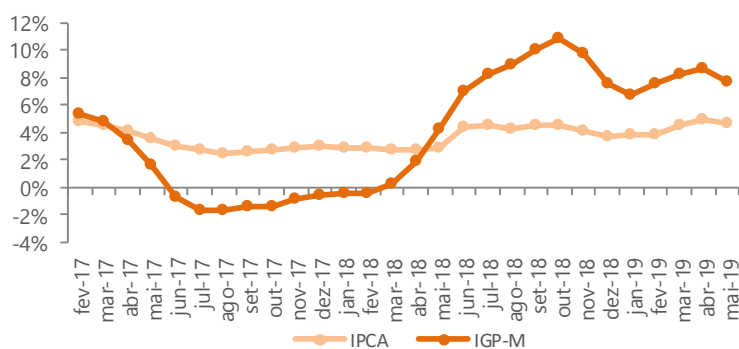
TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$

(taxa de fim de período)



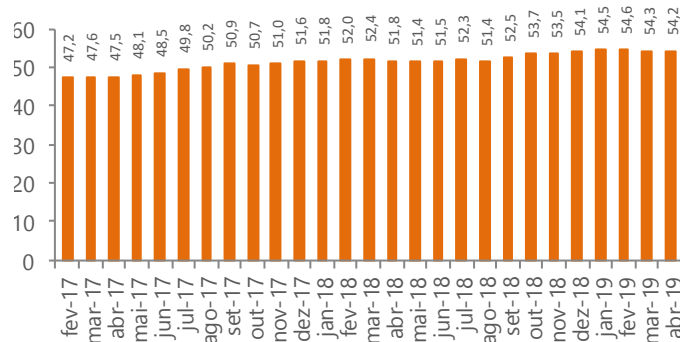
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M

(variação % ac. em 12 meses)



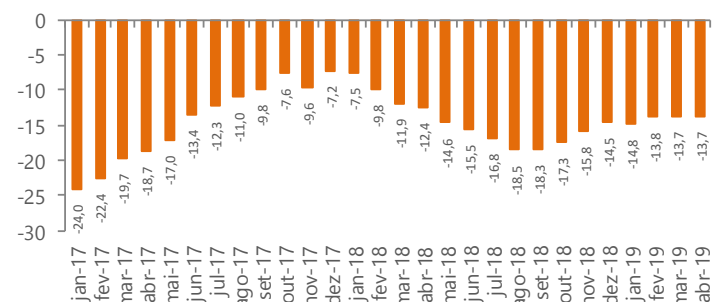
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

(como % do PIB ac. em 12 meses)



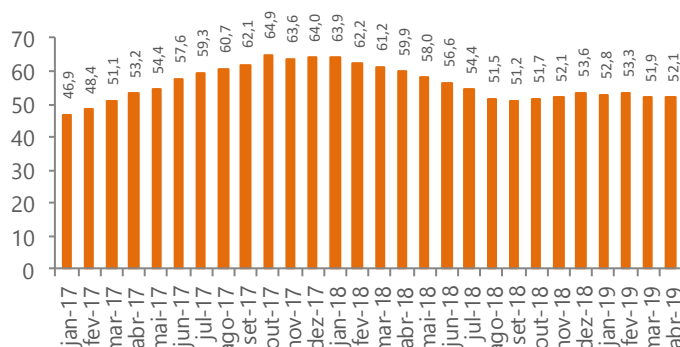
SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES

(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de

agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

PIS/PASEP: São siglas diferentes, sendo a primeira para o Programa de Integração Social e a segunda para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. São contribuições sociais recolhidas pelas empresas, que são transformadas em benefícios a trabalhadores dos setores privado e público.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Jayme Brasil Garfinkel
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albarnaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Osvaldo do Nascimento
Itaú Vida e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 8 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa – SUECI
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador



CNseg

Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização